

DESDE 2015

Número de trabalhadores deste seguimento, que era de 12 mil dois anos atrás, diminuiu para 8 mil, neste ano

Setor Metalúrgico fecha 4 mil postos de trabalho na região

Stefany Leandro

Nos últimos dois anos, cerca de 4 mil postos de trabalho foram fechados pelo setor metalúrgico nos municípios de Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Guararema e Biritiba Mirim. Com o agravamento das crises política e econômica vivenciadas pelo País, o número de trabalhadores deste seguimento, que era de 12 mil em 2015, caiu para 8 mil, neste ano. Os dados são do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes.

De acordo com o presidente da entidade, Miguel Torres, que visitou ontem a sede do Grupo Mogi News de Comunicação, neste momento, não há risco de novas demissões nas grandes indústrias da região. "Hoje, a maioria das empresas que têm porte mais elevado, já está com o quadro de colaboradores em sua reserva técnica. Se elas mandarem embora e ocorrer uma retomada, acaba sendo um prejuízo, porque são trabalhadores treinados. Então estão segurando, mas obviamente que quando não tiver mais como pagar elas vão demitir", disse.

Para evitar que isso ocorra e, até mesmo, possibilitar que as firmas voltem a contratar é necessário que o País retome o caminho do desenvolvimento. No entanto, isso só irá ocorrer quando



Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, não há risco de novas demissões

os interesses políticos forem tratados de forma separada. "Não dá para deixar a economia parada por causa das questões políticas. O governo tem dinheiro para investir. Ele pode retomar as obras paradas e isso já geraria muitos empregos, em toda a cadeia, pois isso envolveria diversos setores. Seria o começo para girar essa engrenagem. Girando ela, começa-se a entrar dinheiro

no mercado. Essa é a nossa luta", comentou.

O presidente informou ainda que, enquanto medidas efetivas não são adotadas por parte do governo, os representantes sindicais tentam buscar soluções para minimizar o problema.

Uma delas seria a Programa de Renovação da Frota, visto como a saída para os graves problemas causados com a retração econômica e

consequente desemprego no setor. "Temos dados de que 30% da frota de caminhões no Brasil tem mais de 30 anos. Pelo menos 50% dos acidentes nas estradas envolvem veículos acima dessa faixa etária. Então, a renovação da frota seria benéfica em diversos aspectos e, principalmente, uma maneira de alavancar a produção e gerar empregos. Por isso, estamos retomando as negociações", concluiu.

• CAPIVARA É RESGATADA EM CÉSAR:

Uma capivara ferida foi resgatada na manhã de ontem por veterinários do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Mogi das Cruzes. O animal foi encontrado por guardas municipais às margens da avenida João XXIII, em César de Souza. Na ocasião, a capivara apresentava um grande ferimento no dorso, já tomado por larvas de moscas. Inicialmente acreditou-se tratar de uma lesão provocada por arma de fogo, mas, segundo os veterinários, a ferida é resultante de uma briga de bando. Após ser anestesiado, recebido curativo e medicado, o animal foi levado para o CCZ. "Ela está em observação, recebendo os cuidados necessários. Assim que estiver melhor, a ideia é devolvê-la à natureza", disse o veterinário Jefferson Araújo Leite. (S.L.)



Sindicato da categoria reforçará luta contra reforma trabalhista

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, que abrange também os municípios de Biritiba Mirim, Guararema, Poá e Salesópolis, intensificará a luta contra a aplicação das mudanças previstas pela reforma trabalhista. Os trabalhos serão realizados neste semestre, período de data-base, por meio de ações conjuntas de diversas centrais sindicais.

De acordo com o presidente da entidade, Miguel Torres, o objetivo é aproveitar as campanhas salariais para assegurar que os direitos dos trabalhadores serão mantidos. "O objetivo é garantir nas convenções os direitos trabalhistas que a reforma trabalhista está tirando", disse.

Entre os pontos da nova legislação criticados pelo sindicato e que devem ser

alvo de negociações estão a implantação do negociado sobre o legislado; a liberação da terceirização para atividade-fim da empresa; a possibilidade de que gestantes e lactantes trabalhem em ambientes insalubres; bem como a contratação de trabalhadores como Pessoa Jurídica (PJ), proibindo que

uma pessoa com carteira assinada seja demitida e contratada como PJ por um período inferior a 18 meses.

Segundo Torres, outra preocupação está em ressaltar a importância da representatividade do sindicato. Isso porque, com a reforma, o poder de representação da entidade foi reduzido. "Defendemos que haja uma reforma, mas que

ela não tire o direito do trabalhador. A aprovada extinguiu a obrigatoriedade da homologação no sindicato, permite demissões coletivas sem aviso prévio, entre outros fatores. Muitos trabalhadores nem sabem de seus direitos e o papel dos sindicatos, assim como

do Ministério do Trabalho, é dar assistência para ver se tudo está correto".

Por fim, ressaltou que durante a prática dessas ações coletivas, não está descartada a ocorrência de greves. "Além de trabalharmos para que tenhamos pauta positivas, vamos ter que enfrentar a reforma trabalhista. Dentro das negociações, se não houver avanço, pode ser que ocorram greves". (S.L.)

Debate

Prefeitura de Mogi abre inscrições para 2ª Conferência de Educação

Estão abertas as inscrições para a 2ª Conferência Municipal de Educação (CONAE), que será realizada pela Secretaria de Educação de Mogi das Cruzes, nos dias 29, 30 e 31 de agosto no Auditório e Bloco Didático do Cemforpe e na Escola de Governo e Gestão, no bairro Nova Mogilar.

A conferência é um espaço de debate e mobilização de diversos setores em prol da educação de qualidade. Os interessados podem se inscrever até o dia 25 de agosto em <http://www.se-pmmc.com.br/conae2018/>.

Podem participar do evento representantes da comunidade, das organizações, associações, dos órgãos públicos e os profissionais envolvidos na busca por qualidade da Educação. A conferência tem como tema "A consolidação do Sistema Nacional de Educação – SNE e o Plano Nacional da Educação – PNE: monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade social, pública, gratuita e laica", o mesmo da etapa nacional, que têm as diretrizes elaboradas pelo Ministério da Educação.